

ÍNDICE GERAL

Apresentação	7
CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE CONTEÚDOS E SERVIÇOS DIGITAIS	
<i>Alexandre L. Dias Pereira</i>	
Introdução.....	11
1. Não interferência com o direito civil clássico.....	13
2. Direitos do consumidor de conteúdos ou serviços digitais contratados à distância previstos no dl 24/2014.....	15
3. Fornecimento de conteúdos ou serviços digitais	16
4. Onerosidade: os dados pessoais como possível moeda.....	21
5. Princípio da pontualidade e princípio da conformidade com o contrato	24
6. Direito às atualizações e direito à integração correta dos conteúdos e serviços digitais	25
7. “Remédios para a quebra do contrato” por não forneci- mento ou por falta de conformidade.....	27
8. Exercício do direito de rescisão e seus efeitos	31
9. Direito de alteração dos conteúdos ou serviços digitais.....	32
10. Responsabilidade objetiva do fornecedor de conteúdos e serviços digitais?.....	33
11. Conclusão	35



PROTEÇÃO DE DADOS, CONSENTIMENTO E TUTELA DO CONSUMIDOR

Mafalda Miranda Barbosa

1. Introdução	37
2. O quadro legal em matéria de proteção de dados: breve referência	40
2.1. A lei n.º67/98, de 26 de outubro e a proteção de dados	40
2.2. O regulamento (ue) 2016/679 do parlamento e do conselho, de 27 de abril de 2016, e a lei n.º58/2019, de 8 de agosto ...	48
3. O consentimento	55
3.1. O consentimento em geral	56
3.2. O consentimento ao nível da proteção de dados.....	61
3.2.1. O papel do consentimento.....	61
3.2.2. O quando e o como do consentimento. O problema das modalidades e da forma do consentimento	65
3.2.3. O consentimento livre e esclarecido	73
3,2,4. A especificidade do consentimento	82
3.2.5. A revogabilidade do consentimento	83
3.2.6 A capacidade para consentir	83
4. As novas regras europeias: o consumidor, a proteção de dados e os deveres de informação.	85



O NOVO REGIME JURÍDICO DAS VIAGENS ORGANIZADAS E SERVIÇOS DE VIAGEM CONEXOS: SUJEITOS, OBJETO, GARANTIAS E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Maria Oliveira

1. Introdução	92
2. Os sujeitos no contrato de viagem organizada e de serviços de viagem conexos na Diretiva e no Decreto-Lei n.º 17/2018, de 8 de março	101
2.1. Os viajantes	101
2.2. Os operadores, os organizadores e os retalhistas	109
3. O objeto do contrato de viagem organizada e de serviços de viagem conexos na Diretiva e no Decreto-Lei n.º 17/2018, de 8 de março	116
4. As garantias dos viajantes na diretiva e no decreto-lei n.º 18/2018, de 8 de março	128
4.1. Responsabilidade pela execução da viagem organizada ..	128
4.2. Proteção do viajante em caso de insolvência dos organizadores	131
4.3. Proteção do viajante em caso de insolvência aplicável aos serviços de viagem conexos.....	143
5. Os meios de resolução alternativa de litígios emergentes de contratos de viagens organizadas e de serviços de viagem conexos.....	146
5.1. Provedor do cliente da associação portuguesa de agências de viagens e turismo	149



5.2. Comissão arbitral	154
5.3. Arbitragem	158
5.4. Comparação entre os meios de resolução de litígios.....	161
6. Conclusões	163
7. Abreviaturas	166

O CONTRATO DE SEGURO DE SAÚDE:
CONTRIBUTO PARA A REFLEXÃO ACERCA DA DELIMITAÇÃO DO TIPO
À LUZ DO ELEMENTO RISCO E DA PRÁTICA DO QUESTIONÁRIO PELO
CONFRONTO ENTRE OS MODELOS DO QUESTIONÁRIO ABERTO E FECHADO

Marisa Silva Monteiro

I - Introdução.....	169
I.1 O regime jurídico do contrato de seguro: decreto-lei n.º 72/2008, de 16 de abril.....	169
I.2 As inovações da lcs	172
I.3 As alterações trazidas pela lei n.º 147/2015, de 9 de setem- bro	174
II - O contrato de seguro	177
II.1 Conceito	177
II.2 Natureza jurídica	179
II.3 Caracterização geral	180
III – O seguro de saúde.....	183
III.1 Nótulas introdutórias.....	183
III.2 Noção	189

III.3 Delimitação do tipo	193
III.3.1 A importância do risco.....	193
III.3.2 A declaração inicial do risco	209
III.3.3 Questionário aberto e fechado	219
IV – Conclusões finais.....	241
Bibliografia.....	248

O LUGAR DA VULNERABILIDADE NO
DIREITO DO CONSUMIDOR PORTUGUÊS

Sandra Passinhas

1. Introdução	257
2. A questão da vulnerabilidade	258
3. A proteção do consumidor funcionalizada ao mercado interno: a consideração do consumidor médio.....	263
a) a consideração do consumidor médio na jurisprudência	270
b) a consideração do consumidor médio na legislação	289
c) a consideração do consumidor médio como estratégia política.....	297
4. Meios de proteção do consumidor: os remédios do direito do consumidor e os outros	300
5. Conclusão.....	308
Referências.....	309



OBSOLESCÊNCIA
DA ORIGEM AO PROBLEMA SOCIAL E SEUS REFLEXOS À SOCIEDADE

William Cornetta

Introdução.....	315
1. Do nascimento da sociedade de consumo ao hiper- consumo	316
2. Obsolescência	321
2.1. Conceito de obsolescência	321
2.2. Tipologia da obsolescência	322
2.3. Da origem ao problema social	327
2.3.1. Solução macroeconômica	327
2.3.2. Caractere do capitalismo.....	329
2.3.3 Plano de negócio	331
2.3.4 Problema social	333
3. Obsolescência na sociedade de consumo	336
Conclusão	351